

ENTENDENDO O

AI ACT



O QUE É?

O Artificial Intelligence Act (AI Act) é a (futura) regulação sobre o desenvolvimento e o uso de **sistemas de inteligência artificial** (IA) na União Europeia (UE).

“sistema baseado em máquina projetado para operar com níveis variados de autonomia e que pode apresentar adaptabilidade após a implantação e que, para objetivos explícitos ou implícitos, infere, a partir da entrada que recebe, como gerar outputs (...).”

IMPACTOS NO BRASIL

● **“Efeito Bruxelas”**: a aprovação do AI Act influencia o debate regulatório brasileiro.

● **Aplicação extraterritorial**: empresas brasileiras podem estar sujeitas ao AI Act quando:

- ▶ colocarem no mercado ou em serviço na UE sistemas de IA; ou
- ▶ forem fornecedoras ou implantadoras de sistemas de IA cujos outputs são usados na UE.



CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

O AI Act adota uma abordagem baseada na pré-classificação de riscos. Quanto maior o risco, mais rígidas são as obrigações ou restrições.

● **Risco inaceitável**: práticas proibidas.

● **Risco alto**: sistemas demandam rigorosas medidas de gestão de riscos e avaliação de conformidade.

● **Demais sistemas**: sujeitos a obrigações gerais, especialmente de transparência.

IA de propósito geral (GPAI): sistemas que têm a capacidade de servir a uma variedade de propósitos (tais como algumas ferramentas de IA generativa).

São classificados entre sistemas sem risco sistêmico (sujeitos a obrigações básicas de transparência) e com risco sistêmico (sujeitos a obrigações específicas, incluindo documentação técnica).

SANÇÕES

Está prevista a aplicação de multas, que poderão variar de acordo com o porte da organização e o tipo da infração.



7% do faturamento anual ou **35 milhões** de euros

3% do faturamento anual ou **15 milhões** de euros

1% do faturamento anual ou **7,5 milhões** de euros

ENTRADA EM VIGOR

O AI Act entrará em vigor 20 dias após sua publicação (prevista para abril de 2024). As obrigações produzirão efeitos plenos de forma faseada, a partir da entrada em vigor:

6 meses:
proibições

12 meses:
GPAI e sanções

24 meses:
disposições gerais

36 meses:
sistemas de alto risco regulados pela UE